

COMPATIBILIDADE ENTRE ARQUEOLOGIA, GEOGRAFIA E HISTÓRIA AMBIENTAL NO TRATO DAS MARCAS PRETÉRITAS NA PAISAGEM

Autor: LOIOLA, Sérgio Almeida¹ - IESA - UFG

Orientador: RATTS, Alecsandro José Prudêncio² - IESA – UFG

Palavras-chave - Karajá, etnogeografia, história ambiental, arqueologia.

INTRODUÇÃO

A partir de informações bibliográficas arqueológicas e dados paleoambientais essa pesquisa de mestrado investiga a *dinâmica espacial da cultura* dos antepassados dos Karajá, da Fase arqueológica Aruanã, entre os séculos XIV e XV, ocorrida na bacia do Rio Vermelho, afluente da margem direita do Rio Araguaia.

A realização da pesquisa funda-se na demanda atual de temas que enfoquem a diversidade sociocultural do território, bem como no interesse pessoal por publicações arqueológicas. Com ela prosseguimos à investigação iniciada na monografia de graduação, que tratou do passado anterior à invasão europeia no século XVI do continente hoje denominado de América, visando trazer argumentos às inquietações intensificadas durante o estudo dos sujeitos das fronteiras agrícolas durante os três anos de Iniciação Científica (PIBIC)³.

A um só tempo procura-se iniciar a construção de uma abordagem do passado distante que supere as limitações da ciência moderna.

Embora exista grande demanda em torno de temas histórico-culturais, a pesquisa tem demonstrado uma escassez desses enfoques na geografia, especialmente quando se trata das sociedades autóctones nos séculos anteriores ao XVI. Infelizmente, na geografia, a produção do espaço de vivência é considerada somente após o século XVI (LOIOLA, 2004).

Especificamente procura-se responder como os ancestrais dos Karajá, da Fase Aruanã, 1 - relacionavam-se com a paisagem, 2 - quais técnicas utilizavam para interferir nessa paisagem e 3 - como estruturavam o espaço de vivência? 4 - Busca-se também verificar a forma dos atuais Karajá, da Aldeia Buridina em Aruanã, serem informados, sentirem, perceberem e representarem as informações arqueológicas desse passado.

Para tanto, parte-se de quatro premissas: que as marcas na paisagem deixadas por processos socioculturais pretéritos são também memória espacial da cultura (BERQUE, 1984, 1999; CLAVAL, 1997); que a noção de etnia remete a um lugar (LITTLE, 2002; RATTS, 2003); que a produção do espaço de vivência ocorre desde há 10.000 anos nos cerrados (LOIOLA, 2004; BARBOSA, 1990, 2002) e da correlação etnológica entre os Karajá e a Fase arqueológica Aruanã, situada entre 1093 e 487 AP (WÜST, 1975).

Devido à necessidade de aproximar múltiplas disciplinas e a intrincada dinâmica temporal da cultura no espaço de vivência, onde tanto o meio influencia a

¹ Mestrando do IESA, turma 2005. sergioaloiola@gmail.com. Bolsista da CAPES.

² Prof. Dr. do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Geografia, IESA. ratts@iesa.ufg.br

³ PIBIC: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do CNPQ.

cultura quanto as práticas culturais alteram o ambiente foi necessário compatibilizar abordagens e metodologias de diferentes disciplinas.

O estágio atual da pesquisa permite apresentar o esforço de aproximação entre *etnogeografia*, *história ambiental* e *arqueologia social*. Para operacionalizar essa aproximação propomos a utilização do Método da Totalidade de Santos (1985) e os princípios para um paradigma da complexidade de Edgard Morin (1983, 2000) como base de construção de um método capaz de lidar com o passado distante.

COMPATIBILIDADE ENTRE ARQUEOLOGIA, GEOGRAFIA E HISTÓRIA AMBIENTAL

Dada a inexistência de documentos escritos anteriores ao século XVI, é a partir de marcas na paisagem reveladas pela arqueologia a partir de vestígios materiais e a existência atualmente de duas centenas de sociedades autóctones sobreviventes que se pode confirmar e interpretar a complexa dinâmica sócioespacial anterior à invasão europeia.

Conforme Wüst (1983, 1990), as informações da arqueologia contrariam aquelas contidas nos registros etnográficos dos naturalistas e relatos de época, elaborados no século XIX por Silva e Souza (1812), Spix e Martius (1816 a 1819), Cunha Mattos (1824), Emanuel Pohl (1832), Saint-Hilaire (1847) etc. Estes documentos retrataram uma sociedade já desestruturada, longe de sua plenitude.

Representando muito mais do que mera relíquia, a *forma* das marcas na paisagem e toda cultura material (vestígios) são as principais fontes de estudos do passado distante pelos arqueólogos. Podem revelar a estrutura espacial por meio dos sistemas de referência, rotas, fluxos, práticas espaciais, redes, hierarquias, sobreposição territorial e aspectos comportamentais (PROUS, 1990, 2006).

A arquitetura de suas aldeias e casas, distribuição espacial, inscrições, ferramentas, cerâmicas, vestígios de uso do solo, uso da energia e todo tipo de sinal deixado por comportamentos específicos podem demonstrar as técnicas utilizadas ou, o universo instrumental do seu sistema de engenharia; ajudam a compreender seu modo de produzir, organizar e se proteger (CLAVAL, 1997; GOMES, 1998; SANTOS, 1997).

Deste modo, a dinâmica sociocultural se espacializa, produzindo *paisagens e territórios* ao longo do *tempo*, tornando a paisagem o lugar central da manifestação da cultura. Nela, três níveis de interação devem ser considerados: o simbólico (CHAVEIRO, 2005); a fisiologia da paisagem, com processos morfodinâmicos (AB'SABER, 1969), resultante tanto de processos socioculturais, físicos como ecológicos; e os processos ecológicos e biogeográficos de longo tempo, recentemente integrados pelo gênero humano (BARBOSA, 2002).

Esses três níveis interagem na dinâmica da paisagem, pois dizem respeito à auto-organização, a cultura, a disponibilidade de recursos, às possibilidades de escolhas e até a conservação das marcas, fossilização, datação, etc. Para apreendê-la é necessário categorizar ou recorrer a uma noção de escala que permita relacionar fenômenos de natureza e amplitudes distintas, ou uma noção complexa de escala (CASTRO, 1997).

Estruturadas em Fases e Tradições as culturas arqueológicas não só diferem da noção de cultura nas ciências humanas e sociais em geral, como também não podem ser consideradas suficientes para abarcar a realidade em estudo. Nesse sentido, o campo da etnogeografia oferece meios para ajudar na interpretação do

passado distante, principalmente quando aplicada a grupamentos humanos que tenham grande interação com o meio (RETAILLE, 1995).

Ao utilizar a perspectiva etnogeográfica de Augustin Berque (1999), entendemos que as marcas deixadas na paisagem se tornam *matriz* ou memória da cultura, pois “a organização e as formas que estruturam a paisagem contribuem para transmitir usos e significações de uma geração a outra”, (BERQUE *apud* CLAVAL, 1997, p.102). A paisagem é também memória espacial da cultura, dá suporte às representações sociais e promove as identificações étnicas e culturais. Logo, memórias espaciais são também memórias culturais. A análise dessas marcas permite resgatar muito do passado da imensa variedade etnocultural que compõe o território.

Conforme Claval, a etnogeografia procura refletir a diversidade dos sistemas de representação e de técnicas de ação sobre o mundo. Busca entender como as culturas “tiram partido da natureza para se alimentar, se proteger contra intempéries, se vestir, habitar etc., modelar o espaço a sua imagem e em função de seus valores e de suas aspirações” (1995, p. 114), compreendendo a cultura como inerente às sociedades, numa construção dinâmica e não homogênea.

Essa abordagem etnogeográfica se enriquece quando associada aos fundamentos da história ambiental. Um ramo recente da História que considera a influência da ambiente sobre a cultura e a história humana e seus reflexos no momento atual, conforme Freitas (2004). Não excluindo de tratar a natureza como também construção humana, no caso, a paisagem.

Dentro da história ambiental três níveis de abordagem são imprescindíveis: a compreensão da natureza, por meio da história natural, na qual se procura entender a dinâmica pretérita das paisagens por meio da biogeografia, em nosso caso; em seguida, saber dos aspectos socioeconômico, objetivando a forma de interação com a natureza: as relações sociais, decisões ambientais, modo de produzir, decisões econômicas e políticas referentes ao meio ambiente na história; e por fim, o plano da cultura, em que se procura saber como um grupo ou indivíduo percebe, cria valores éticos, ritos, mitos e outras estruturas de significação influenciados pela dinâmica da natureza, que também tem uma dinâmica relativamente autônoma (FREITAS, 2003).

É importante observar que a abordagem histórico-cultural na geografia ora apresentada, sob o enfoque da etnogeografia e história ambiental, encontra pontos de convergência com a arqueologia pós-processual, especificamente, a arqueologia social, que valoriza o indivíduo, ou como poucos indivíduos influenciam a sociedade e suas relações, considerando que a interpretação deve relevar aspectos ideológicos, políticos e religiosos do passado, e dos arqueólogos.

Para Benavides (2001), essa escola arqueológica incorpora a instância política na intenção de contribuir para a realidade das sociedades autóctones. Preocupando-se mais com o destino histórico do continente do que com aspectos cronológicos, tipológicos ou descritivos nas pesquisas arqueológicas.

Assim, em pesquisas que tratem do passado distante o geógrafo deve estar atento sobre as possibilidades dos significados dos vestígios arqueológicos e as correlatas escolas interpretativas. Pois, como pondera Reis (2002), o arqueólogo ao produzir sua pesquisa estende sua vivência para dentro do passado, do presente e projeta ou antecipa o futuro. Isso remete a uma espécie de *anacronia controlada do tempo*, em que o construtor do conhecimento interroga qualquer passado, mas jamais sai do presente (LORAUX, 1992). Conforme Magalhães (*apud* REIS, 2002), “o tempo arqueológico é parcelador do passado, é desvelador do presente, é antecipador do futuro”.

O MÉTODO DA TOTALIDADE COMO BASE PARA UMA ABORDAGEM COMPLEXA

Apesar dos estudos em geografia contemplarem processos do meio físico, biológico e social, a divisão positiva em disciplinas e a falta de métodos para integrá-las tem reproduzido uma falsa dicotomia entre geografia física e humana. Tal clivagem tem camuflado as intrincadas teias do próprio objeto de estudo.

Mesmo considerando que a ocorrência dos fenômenos físicos são mais antigos e têm relativa autonomia, sabe-se que eles são dotados de história, da qual deriva a história da vida, e a sociedade humana emerge indissociável dessa história (MORIN, 2002). Para compreendê-la é preciso reunir e distinguir, e não isolar e separar.

Nesse sentido, necessita-se de um método adequado à abordagem complexa. Tal enfoque encontra seus fundamentos no método da *Totalidade* de Santos (1985). Esse método propõe a separação do todo em partes, analisando sua forma, processo, função e estrutura, reintegrando-as na síntese.

No entanto, suas categorias filosóficas precisam ser adaptadas para lidar com o todo indiviso da teia física, biológica e antropossocial de uma realidade complexa. Neste trabalho será possível realizar um *prelúdio*, cujo aprofundamento requer pesquisas de fôlego maior. Por ora, apresentarei a noção de escala, a análise espacial e a noção de tempo na tentativa de uma aproximação entre geografia e arqueologia afim com uma percepção complexa de realidade.

NOÇÃO DE ESCALA NA ABORDAGEM COMPLEXA

A aproximação entre disciplinas e a inserção de níveis biológicos, físicos, antropossociais e temporais nas abordagens da geografia requer ampliar a visão de mundo, ora limitada pelo pensamento positivo-cartesiano moderno.

Um dos empecilhos à integração da parte no todo na geografia tem sido a redução da noção de escala a uma expressão proporcional geométrica entre áreas (CASTRO, 1995). Conforme Castro, essa noção de escala limita a visão sistêmica de um espaço polimórfico na geografia.

É necessário recorrer a uma noção de escala que permita perceber, conceber, relacionar e representar fenômenos e fatos de natureza e tamanhos distintos, aparentemente desconexos (CASTRO, 1995). Essa noção, além do recorte temporal e espacial, entende a escala como *operador de complexidade*. Essa percepção abrange alguns aspectos. Todos contrariam o pensamento positivo-cartesiano.

O primeiro aspecto implica compreender o real como uma totalidade indivisa. Numa realidade *não-analítica* deliberadamente *analisada*, a parte conserva relações com a totalidade indivisa, não podendo ser pensada fora dela (BOHM, 2001). Desta forma, não possui os recortes epistêmicos, e nem detêm necessariamente hierarquias e dimensionalidades proporcionais *a priori* (CASTRO, 1995).

Conforme Giovanni Levi, “A escala não é um dado preestabelecido, mas resulta de uma escolha estratégica que envolve a própria significação da pesquisa: o que vemos é aquilo que escolhemos fazer ver.” (1998, p. 203). O território não contém os recortes de escala, nem é por ela contido (MORIN, 1984).

Os *diferentes níveis* temporais e espaciais na escala são apenas representações abstratas de uma realidade não-objetiva (GRANGER, 1994). São dotados de níveis *diferentes de realidade, complementares* e com *interações não-*

locais (BOHM, 2001). Requerem transformações qualitativas *não-hierárquicas* para analisá-los (CASTRO, 1995).

Um pouco mais assustador é o segundo aspecto. A parte, além de estar integrada no todo, contem suas inscrições: a realidade é holográfica (CASTRO, 1995; MORIN, 2000; BOHM, 2001)⁴. Suas propriedades incluem ordem-desordem, não linearidade e linearidade, complexidade e caos (SOUZA, 1997). Isso exige um esforço de abstração conceitual para lidar com atributos que estão além da forma.

A escala, sob esse referencial, é usada como estratégia metodológica para representar, diferenciar e reunir o objeto na dinâmica do tempo, percebendo permanências e rupturas (CASTRO, 1995).

A interação entre o global e o local, a memória individual e coletiva, uma bacia hidrográfica, o trecho de um rio, o solo, uma etnia, uma massa de ar, uma paisagem, um território usado, um clima local, uma célula “tronco”, uma espécie, uma região, uma sociedade ou um indivíduo pode conter as inscrições do todo.

Desse modo, a parte se aproxima cada dia mais ao *plenum* do filósofo Grego Zenão (BOHM, 2001). Entretanto, requer atenção aos geógrafos: em qual medida e até que ponto as inscrições do todo integram holograficamente a parte analisada?

Se a realidade é holográfica, importa relevar a sistemicidade e multidimensionalidade dos fenômenos, fatos imbricam-se numa teia de densidade temporal, necessitando de abordagens que estão entre, através e além das disciplinas (NICOLESCU, 2000). Todavia, as limitações derivam muito mais da forma de ver o real e da utilização dos instrumentos teóricos que dos aparelhos de medida, do objeto e suas especificidades.

O ESPAÇO NO TEMPO: ANÁLISE ESPACIAL E OS FATORES BIOGEOGRÁFICOS

Entre os diversos trabalhos lidos na arqueologia, o que mais se aproximou de uma abordagem geográfica que privilegiasse a dinâmica espacial de culturas pretéritas foi o de Irmild Wüst (1983, 1990). Wüst desenvolveu uma metodologia para investigar a dinâmica espacial de culturas do Período Ceramista Agricultor no Centro Oeste. Sua análise espacial visa verificar as estratégias de ocupação, a implantação do relevo, a arquitetura, o tamanho de aldeias, o formato, a distância entre aldeias, o território de ocupação, a permanência, a demografia, a diferenciação de atividades, o uso de técnicas e do solo, entre outros.

Essa mesma visão exige entender a dinâmica do Cerrado, o que está sendo feito a partir da abordagem biogeográfica de Barbosa (2002, 1990), na qual o autor observa os ciclos climáticos, a produção de frutos e a disponibilidade de caça e pesca como fator adaptativo. Todavia, não se atribui o viés interpretativo determinante das variações ecológicas sobre a cultura.

Essa perspectiva espacial exige pensar os *comportamentos específicos* que geraram as cristalizações materiais, a espacialização dos assentamentos e unidades domésticas e as alterações no próprio Cerrado (WÜST, 1999). Para tanto, na interpretação Wüst recomenda considerar a influência do sistema de crenças, cosmologia, mitos, ritos, ideologias, estruturas sócio-políticas nas cristalizações.

⁴ Em uma imagem holográfica cada parte, ou pixel, contém informações da imagem como um todo.

O TEMPO NO ESPAÇO: MULTIPLICIDADE, NÃO-LINEARIDADE E ANACRONIA

Outra limitação da abordagem clássica histórico-cultural está relacionada ao tratamento da dimensão temporal da dinâmica espacial. Embora se considerado que toda a dinâmica sócio-espacial tenha uma história, a geografia não atribui relevância ao período anterior a 1500. Na maioria das vezes o tratamento temporal é restrito a uma historiografia introdutória, sem se ater à dinâmica das categorias de análise da geográfica (MAIA, 2005)⁵.

Estudos fenômenos ambientais e sócio-culturais carecem de método adequado que possibilite compreender a *história* que gerou a distribuição, adaptação e a dinâmica espacial da cultura das sociedades autóctones: a dimensão “vertical” profunda do espaço.

As influências do determinismo histórico-evolutivo impõem uma segunda limitação. De um lado nega-se que *eventos* climáticos, terremotos, asteróides, mutações, vulcanismos e outras variações ambientais têm *relativa autonomia* e podem deixar marcas na cultura.

De outro que tanto esses eventos ambientais, quanto a criação, a imaginação, a informação, a intenção, a memória, a emoção e as crenças podem alterar a aparente pré-determinação da linha do tempo (MORIN, 2000). As culturas podem se adaptam de forma distinta em diferentes ambientes (DIAMOND, 2005), construindo sistemas de significados, objetos e ações específicos em cada lugar, com formações sócio-espaciais próprias (SANTOS, 1996, 1979, 1982). Assim, multiplicidade e não-linearidade são atributos da história.

Tanto a evolução e a história não seguem padrões que possam ser previstos (LORENZ, 1983). Conforme Colin Renfrew (2004), pensar a história como uma, sob rigoroso *esquema guarda-chuva*, pode levar a equívocos. Além do esquema monolítico barbaria ou civilização, análogo à representação de céu e inferno, ocorrem múltiplas possibilidades. A história da *terra brasílis* é uma delas.

Como afirma Bosi, o tempo e a necessidade de periodizá-lo com datas e marcos históricos requer questionamentos; repartido e mensurado em datas *não “permite compreender a simultaneidade da existência social”* (1996, p. 24).

Com isso, propomos compreender que o passado e o presente podem estar relacionados *anacronicamente*, e ser *complementares*. Por meio de um observador *no presente*, e somente nele, são re-elaboradas indefinidas histórias, a partir de diferentes épocas, fazendo uso *controlado* do tempo anacrônico (LORAUX, 1992).

Nesse sentido, o passado é uma permanente reconstrução do presente, com base na *memória*, marcas na paisagem e documentos. Atualizado de acordo com as possibilidades e necessidades (REIS, 2002; BENAVIDES, 2001; FUNARI, 1998).

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Essas são algumas orientações teóricas que balizam uma pesquisa, de caráter exploratório, em fase inicial, cuja meta é trazer argumentos às questões apresentadas, elaborar novos problemas e levantar hipóteses acerca de quem eram e como viviam os ancestrais dos Karajá e nossos.

O trabalho Intenciona superar algumas fronteiras temporais, disciplinares e temática na geografia, a fim de trazer novos significados sobre os sujeitos históricos

⁵ Prof. Carlos Maia, em aula ministrada ao mestrado em geografia, IESA, UFG, no primeiro semestre de 2005.

milenares que começam a adquirir visibilidade política: as autóctones. A um só tempo, procura iniciar a construção de uma abordagem geográfica do passado pré-colonial com o auxílio da arqueologia.

Com o exposto espera-se estimular outras iniciativas em geografia que busquem relacionar passado e presente, como recomenda Santos (1997) aos trabalhos em geografia que contenham uma dimensão histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS⁶

BARBOSA, Altair Sales. *Andarilhos da Claridade: os primeiros habitantes do Cerrado*. Goiânia, Universidade Católica de Goiás. Instituto do Trópico Subúmido, 2002.

_____. *Povoadores do Cerrado: Ensaio de Biogeografia e Arqueologia sobre a ocupação Pré-histórica inicial do Planalto Central Brasileiro*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – National Museum of Natural History. Smithsonian Institution de Washington D.C., 1990.

BENAVIDES, O Hugo. Returning to the source: social archaeology as Latin American philosophy. In: *Latin American Antiquity*. New York, EUA, 2001. p. 355-370.

BERQUE, Augustin. Paisagem marca, paisagem matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: ROSENDAHL, Zeni; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

CASTRO, Iná Elias. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. *As categorias geográficas*. Goiânia: IESA, UFG, 2005. (mimeo)

CLAVAL, Paul. As abordagens da geografia cultural. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Org's). *Explorações Geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DIAMOND, Jared. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FREITAS, Inês Aguiar; PINTO, Fernando Lemos Firmino. A "síntese fisiográfica" de Alberto Lamago - Contribuição para a história ambiental do estado do rio de janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6. Goiânia, 2004. Anais Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a geografia do século XXI,

GOMES, Paulo César da Costa. Identidade e exílio: fundamentos para a compreensão da cultura. *Espaço e cultura*, Rio de Janeiro, nº 5, p. 31 – 41, jun./jun. 1998.

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília:UNB, 2002. 31 p. (Antropologia). mimeo.

⁶ Realizado de acordo com a norma NBR 10520 de agosto de 2002.

LOIOLA, Sérgio Almeida. Ocupação e uso da Região Centro Oeste do Brasil: 11.000 mil anos de espacialização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6., Goiânia, 2004. Anais Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a geografia do século XXI.

LORAU, Nicole. Elogio do anacronismo. In: *Tempo e história*. NOVAIS, Adalto (org). São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 57-70.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita*. Rio de Janeiro, 2002.

_____. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.

_____; MOIGNE, Jean-Lois. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Peirópolis, 2000.

PROUS, André. Definição e histórico da arqueologia. In: TENÓRIO, Maria Cristina (Org.). *Pré-história da Terra brasilis*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999. p. 19 - 34.

RATTS, Alecsandro J. P. A Geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: ALMEIDA, Maria G; RATTS, Alecsandro J. P (orgs). *Geografia: leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003. p.29-48.

REIS, José Alberione. Prolegômenos sobre teoria na arqueologia. *Diálogos*, v. 3, n. 6, 2002. Disponível em http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol6_atq6.htm. Acesso em: 20 mar. 2005.

RENFREW, Colin. Revolucionário olhar sobre a expansão Celta. Dossiê Celta. *História viva*, São Paulo, Duetto, ano 1, n. 7, p. 40-43, maio. 2004.

RETAILLE, Denis. Ethnogeographie: naturalisation des formes sócio-spatiales. In: CLAVAL, Paul. *Ethnogeographies*. Paris: L'Harmattan, 1995, p.17-26.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e método. In: SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

WÜST, Irmhild. As aldeias dos agricultores ceramistas do Centro-Oeste brasileiro. In: TENÓRIO, Maria Cristina (org). *Pré-história da Terra brasilis*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999. p. 321-337.

_____. *Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área do Mato Grosso de Goiás: Tentativas de análise espacial*. Dissertação (Mestrado em antropologia social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1983.

_____. A cerâmica Karajá de Aruanã. *Anuário de divulgação científica*. ano 2, n. 2, Goiânia, UCG, 1975. p. 96-165.